

## 7. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

### 7.1. INTRODUÇÃO

Dentre os vários mecanismos de proteção ambiental disciplinados pela legislação brasileira e os instrumentos de fomentação econômica pela via sustentável implementados, pode-se destacar a compensação ambiental.

A Compensação Ambiental é um mecanismo financeiro de contrapartida pelos efeitos de impactos ambientais não mitigáveis. É imposta pelo ordenamento jurídico aos empreendedores, sob a forma de duas modalidades distintas: uma por ocasião do licenciamento ambiental dos empreendimentos que causem significativo impacto no meio ambiente e a outra pela efetiva reparação de um dano específico, causado pela atividade desenvolvida.

O empreendimento em foco consta da implantação e operação de Indústria de Cimento estando este tramitando de maneira sequencial pelos trâmites legais necessários ao licenciamento ambiental. Sendo assim, a compensação ambiental ocorre por ocasião do licenciamento conforme previsto e solicitado no Termo de Referência emitido pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA.

De acordo com o Decreto Federal N°. 6.848 de 14 de maio de 2009, para fins de regulamentação da compensação ambiental, o qual alterou artigos do Decreto N°. 4.340/2002, sendo este o decreto regulamentador da Lei N°. 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação - SNUC.

**“Art 31.** Para os fins de fixação da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo prévio de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos sobre o meio ambiente.

§ 1º O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.

§ 2º O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.

§ 3º Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.”

### 7.2. CÁLCULO DO VALOR DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

O valor da Compensação Ambiental (CA) será calculado pelo produto do Grau de Impacto (GI) com o Valor de Referência (VR), de acordo com a seguinte fórmula:

$$CA = VR \times GI$$

O referido decreto apresenta em sua totalidade as fórmulas necessárias para o cálculo do Grau de Impacto Ambiental (GI). Todavia, as fórmulas serão aqui apresentadas para uma melhor compreensão do capítulo, a saber.

#### 7.2.1. Grau de Impacto (GI)

O Grau de Impacto pode atingir valores de 0 a 0,5%. Para se determinar seu valor deve-se utilizar a fórmula: **GI = ISB + CAP + IUC**, onde:

ISB = Impacto sobre a Biodiversidade;

CAP = Comprometimento de Área Prioritária; e

IUC = Influência em Unidades de Conservação.

### 7.2.1.1. Impacto sobre a Biodiversidade (ISB):

O ISB tem como objetivo contabilizar os impactos do empreendimento diretamente sobre a biodiversidade na sua área de influência direta e indireta. Os impactos diretos sobre a biodiversidade que não se propagarem para além da área de influência direta e indireta não serão contabilizados para as áreas prioritárias. O ISB terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.

Para se determinar seu valor, utiliza-se a fórmula:

**ISB = IM x IB (IA+IT)**, onde:

IM = Índice Magnitude;

IB = Índice Biodiversidade;

IA = Índice Abrangência; e

IT = Índice Temporalidade.

### 7.2.1.2. Comprometimento de Área Prioritária (CAP):

O CAP tem por objetivo contabilizar efeitos do empreendimento sobre a área prioritária em que se insere. Isto é observado fazendo a relação entre a significância dos impactos frente às áreas prioritárias afetadas. Empreendimentos que tenham impactos insignificantes para a biodiversidade local podem, no entanto, ter suas intervenções mudando a dinâmica de processos ecológicos, afetando ou comprometendo as áreas prioritárias.

Para se determinar seu valor, utiliza-se a fórmula:

**CAP = IM x ICAP x IT**, onde:

IM = Índice Magnitude;

ICAP = Índice Comprometimento de Área Prioritária; e

IT = Índice Temporalidade.

O CAP terá seu valor variando entre 0 e 0,25%.

### 7.2.1.3. Influência em Unidade de Conservação (IUC)

O IUC varia de 0 a 0,15%, avaliando a influência do empreendimento sobre as unidades de conservação ou suas zonas de amortecimento, sendo que os valores podem ser considerados cumulativamente até o valor máximo de 0,15%. Este IUC será diferente de 0 (zero) quando for constatada a incidência de impactos em unidades

de conservação ou suas zonas de amortecimento, de acordo com os valores abaixo:

- G1: parque (nacional, estadual e municipal), reserva biológica, estação ecológica, refúgio de vida silvestre e monumento natural = 0,15%.
- G2: florestas (nacionais e estaduais) e reserva de fauna = 0,10%.
- G3: reserva extrativista e reserva de desenvolvimento sustentável = 0,10%.
- G4: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico e reservas particulares do patrimônio natural = 0,10%.
- G5: zonas de amortecimento de unidades de conservação = 0,05%.

### 7.2.2. Índices de Avaliação

Os índices definidos pelo Decreto N°. 6.848/2009 constam dos seguintes intervalos:

#### 7.2.2.1. Índice Magnitude (IM):

O IM varia de 0 a 3 (Quadro 7.1)), avaliando a existência e a relevância dos impactos ambientais concomitantemente significativos negativos sobre os diversos aspectos ambientais associados ao empreendimento, analisados de forma integrada.

**Quadro 7.1 – Valores Referentes ao Índice de Magnitude**

ELIZABETH CIMENTOS – ALHANDRA / PB

Valor	Atributo
0	Ausência de impacto significativo negativo
1	Pequena magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
2	Média magnitude do impacto ambiental negativo em relação ao comprometimento dos recursos ambientais
3	Alta magnitude do impacto ambiental negativo

### 7.2.2.2. Índice Biodiversidade (IB):

O IB varia de 0 a 3 (Quadro 7.2), avaliando o estado da biodiversidade previamente à implantação do empreendimento.

**Quadro 7.2 – Valores Referentes ao Índice de Biodiversidade**

ELIZABETH CIMENTOS – ALHANDRA / PB

Valor	Atributo
0	Biodiversidade se encontra muito comprometida
1	Biodiversidade se encontra medianamente comprometida
2	Biodiversidade se encontra pouco comprometida
3	Área de trânsito ou reprodução de espécies consideradas endêmicas ou ameaçadas de extinção

### 7.2.2.3. Índice Abrangência (IA):

O IA varia de 1 a 4 (Quadro 7.3), avaliando a extensão espacial de impactos negativos sobre os recursos ambientais. Em casos de empreendimentos lineares, o IA será avaliado em cada microbacia separadamente, ainda que o trecho submetido ao processo de licenciamento ultrapasse os limites de cada microbacia.

Nota: para empreendimentos lineares deverão ser considerados compartimentos homogêneos da paisagem para que os impactos sejam mensurados adequadamente em termos de abrangência, não devendo ser considerados de forma cumulativa. O resultado final da abrangência será considerado de forma proporcional ao tamanho deste compartimento em relação ao total de compartimentos.

**Quadro 7.3 – Valores Referentes ao Índice de Abrangência**

ELIZABETH CIMENTOS – ALHANDRA / PB

Valor	Atributos para empreendimentos terrestres, fluviais e lacustre	Atributos para empreendimentos marítimos ou localizados concomitantemente nas faixas terrestre e marítima da Zona Costeira	Atributos para empreendimentos marítimos (profundidade em relação à lamina d'água)
1	Impactos limitados a uma área de uma microbacia	Impactos limitados a um raio de 5 km	Profundidade maior ou igual a 200 m
2	Impactos que ultrapassem a área de uma microbacia limitados a área de uma bacia de 3ª ordem	Impactos limitados a um raio de 10 km	Profundidade inferior a 200 e superior a 100 m
3	Impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 3ª ordem e limitados a área de uma bacia de 1ª ordem	Impactos limitados a um raio de 50 km	Profundidade igual ao inferior a 100 e superior a 50 m
4	Impactos que ultrapassem a área de uma bacia de 1ª ordem	Impactos que ultrapassem o raio de 50 km	Profundidade inferior ou igual a 50 m

### 7.2.2.4. Índice Temporalidade (IT):

O IT varia de 1 a 4 (Quadro 7.4) e se refere à resiliência do ambiente ou bioma em que se insere o empreendimento. Avalia a persistência dos impactos negativos do empreendimento.

mediante ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

**Quadro 7.4 – Valores Referentes ao Índice de Temporalidade**

ELIZABETH CIMENTOS – ALHANDRA / PB

Valor	Atributo
1	Imediata: até 5 anos após a instalação do empreendimento
2	Curta: superior a 5 anos e até 15 anos após a instalação do empreendimento
3	Média: superior a 15 anos e até 30 anos após a instalação do empreendimento
4	Longa: superior a 30 anos após a instalação do empreendimento

### 7.2.2.5. Índice Comprometimento de Áreas Prioritárias (ICAP):

O ICAP varia de 0 a 3 (Quadro 7.5), avaliando o comprometimento sobre a integridade de fração significativa da área prioritária impactada pela implantação do empreendimento, conforme mapeamento oficial de áreas prioritárias aprovado

### Quadro 7.5 – Valores Referentes ao Índice de Comprometimento de Áreas Prioritárias

ELIZABETH CIMENTOS – ALHANDRA / PB

Valor	Atributo
0	Inexistência de impactos sobre áreas prioritárias ou impactos em áreas prioritárias totalmente sobrepostas a unidade de conservação
1	Impactos que afetam áreas de importância biológica alta
2	Impactos que afetam áreas de importância biológica muito alta
3	Impactos que afetam áreas de importância biológica extremamente alta ou classificada como insuficientemente conhecida

Nota: para empreendimentos lineares deverão ser considerados compartimentos homogêneos da paisagem para que os impactos sejam mensurados adequadamente em termos de comprometimento de área prioritária, não devendo ser considerados de forma cumulativa. O resultado final do ICAP será considerado de forma proporcional ao tamanho deste compartimento em relação ao total de compartimentos. Impactos em Unidades de Conservação serão computados exclusivamente no IUC.

Para cada bioma, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, após uma avaliação inicial, foi realizada uma reunião com pesquisadores, tomadores de decisão, representantes da sociedade civil e dos governos estaduais e federal para definir as áreas e ações prioritárias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. A metodologia das reuniões envolveu a identificação de prioridades pelos especialistas de diferentes grupos biológicos e, posteriormente, a consolidação das prioridades por grupos sub-regionais que promoveram a sobreposição e consolidação de todas as áreas identificadas.

O número de sobreposições existentes em cada área definiu sua categoria de importância quanto ao estado de conservação e uso da biodiversidade. As categorias de importância consideradas foram: extrema importância, muito alta importância, alta importância e área insuficientemente conhecida, mas de provável importância biológica.

O grau de prioridade de cada uma foi definido por sua riqueza biológica, importância para as

comunidades tradicionais e povos indígenas e sua vulnerabilidade.

Foram escolhidas 900 áreas reconhecidas pelo Decreto N°. 5.092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pela Portaria N°. 126, de 27 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente. A portaria determina que essa lista - deverá ser revista periodicamente, em prazo não superior a dez anos, à luz do avanço do conhecimento e das condições ambientais, pela Comissão Nacional de Biodiversidade "CONABIO".

Vale ressaltar que de acordo com Portaria posterior do Ministério do Meio Ambiente – Portaria MMA N°.09, de 23 de janeiro de 2007, em seu artigo 1°, é determinado um novo prazo para revisão da lista de áreas prioritárias, que não deve ser superior a 05 (cinco) anos.

A Portaria reconhece essas áreas como prioritárias para efeito da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à:

- I - Conservação *in situ* da biodiversidade;
- II - Utilização sustentável de componentes da biodiversidade;
- III - Repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado;
- IV - Pesquisa e inventários sobre a biodiversidade;
- V - Recuperação de áreas degradadas e de espécies sobreexploradas ou ameaçadas de extinção; e,
- VI - Valorização econômica da biodiversidade.

Para que se possa gerenciar adequadamente a conservação e o uso da biodiversidade é preciso conhecê-la, saber onde ocorre, conhecer seu potencial de uso bem como as pressões antrópicas que ameaçam a continuidade de sua existência. Estas informações devem estar disponíveis para todos os setores e níveis de governo bem como para todos os cidadãos de forma a orientar as tomadas de decisão sobre o uso das terras e das águas.

O Parágrafo 3º do Artigo 1º da Portaria esclarece que a não inclusão de espaços territoriais na lista

de Áreas Prioritárias para a Biodiversidade não significa ausência ou falta de importância da biodiversidade.

Já o Artigo 2º da Portaria dispõe que as ações identificadas no Artigo 1º da Portaria serão implementadas pelos órgãos e entidades responsáveis por elaborar e implementar políticas e programas relacionados com a biodiversidade, consideradas as seguintes classes de priorização:

- I – Prioridade extremamente alta;
- II – Prioridade muito alta; e,
- III - Prioridade alta.

Deve ficar claro, portanto, que as "Áreas Prioritárias para a Biodiversidade" não devem ser confundidas com Áreas Protegidas ou com Unidades de Conservação. Deve ser esclarecido ainda que esta portaria não estabelece restrição às atividades agropecuárias. O papel do Ministério do Meio Ambiente é o de alertar a todos os setores de governo e da sociedade civil sobre as áreas geográficas mais importantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira.

Cabe lembrar que a Constituição Federal, em seu o Artigo 225, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Estas "Áreas Prioritárias para a Biodiversidade" orientam propostas de criação de novas Unidades de Conservação pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais, a elaboração de novos projetos para a conservação, uso sustentável e recuperação da biodiversidade brasileira.

### **7.3. GRAU DE IMPACTO DO EMPREENDIMENTO**

Para avaliar o grau de impacto do empreendimento deve-se considerar que o mesmo não afetará as unidades de conservação regionais, estando a 0,8 km a oeste da mais próxima.

#### **7.3.1. Descrição dos Índices na Área do Empreendimento**

##### **7.3.1.1. Índice de Magnitude (IM)**

Para o empreendimento **ELIZABETH CIMENTOS** o índice de magnitude apresentou uma significativa variedade de valoração dos impactos. Alguns receberam valoração mais elevada na magnitude dos impactos em virtude da repetição destes nas várias fases do empreendimento, mesmo sendo impactos que, isolados, não caracterizam-se como de magnitude elevada. Dentre estes estão: afugentamento da fauna e desconforto ambiental.

Outros impactos como vibrações no terreno, eliminação da microfauna, foram mensurados como de magnitude pequena em relação ao comprometimento dos recursos ambientais, por não ser capaz de alterar significativamente o ambiente, ao passo que são impactos setorizados dentro do processo de instalação do empreendimento.

##### **7.3.1.2. Índice de Biodiversidade (IB)**

A área do empreendimento está inserida predominantemente em um tabuleiro costeiro, com a ocorrência de fragmentos da Mata Atlântica e planície fluvial relacionada ao riacho na porção leste do terreno e das nascentes.

O ambiente da área quanto à biodiversidade encontra-se comprometida considerando que a área de implantação, anteriormente utilizada em cultivos agrícolas de cana-de-açúcar e inhame, e agora limpa, e neste sentido, deu-se valoração **O** para todos os impactos.

##### **7.3.1.3. Índice de Abrangência (IA)**

O índice de abrangência para o empreendimento **ELIZABETH CIMENTOS** se baseou na mensuração de seu índice nos atributos para empreendimentos localizados em ambientes terrestres, fluviais e lacustre, limitados a área de uma microbacia, segundo Quadro 7.3, apresentado anteriormente.

A área de influência indireta do empreendimento compreende 2 (duas) bacias hidrográficas, destacando-se entre estas a bacia do rio Abiai. No

entorno oeste e sul da AID tem-se a bacia hidrográfica do rio Aterro. Já a Área de Influência Direta compreende um curso d'água no setor leste, além de três nascentes em áreas preservadas. Assim, os impactos negativos do empreendimento ficarão restritos a uma microbacia, tendo assim o Índice de Abrangência valor 1.

#### 7.3.1.4. Índice de Temporalidade (IT)

Na avaliação do índice de temporalidade levou-se em consideração o tempo/duração de cada impacto no ambiente. Alguns impactos do empreendimento como emissão de gases, findo o processo gerador, imediatamente também se encerra o impacto sobre o meio ambiente. Da mesma forma, têm-se casos como: lançamento de poeiras, geração de resíduos da construção e tensão emocional da população, os quais terão um Índice de Temporalidade igual a 1.

Para a área do empreendimento, dentre os impactos que persistirão por mais tempo no ambiente estão: alteração da paisagem, alterações morfológicas e alterações geotécnicas, etc.,. Estes terão um IT igual a 3.

#### 7.3.1.5. Índice de Comprometimento de Áreas Prioritárias (ICAP)

Na área de influência indireta e direta do empreendimento foi identificada a área prioritária relativa aos biomas Mata Atlântica/Zona Costeira, ver Figura 7.1. Para essa identificação utilizou-se a classificação e o mapa de áreas prioritárias do Decreto nº. 5.092, de 21 de maio de 2004 e instituídas pelas Portarias N°.s 126, de 27 de maio de 2004, e 09, de 23 de janeiro de 2007, ambas do Ministério do Meio Ambiente.

No contexto da Área de Influência Indireta do empreendimento, isto é, no território do Município de São Gonçalo do Amarante, ocorrem a seguinte área prioritária:

- Código: **MaZc504**, denominada: **Pitimbu**, caracterizada como de importância **muito alta**, com área de 258 km<sup>2</sup>.

A área prioritária denominada: Pitimbu, segundo o Ministério do Meio Ambiente, apresenta como principais características a presença de estuários,

aves migratórias; RESEX; possível área de ocorrência de *Phyllodytes breirostris*; ocorrência de peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*) espécie criticamente ameaçada em risco de extinção imediata, e ecossistemas essenciais para manutenção da espécie.

Tratando mais especificamente da Área de Influência Direta, a área do projeto da **ELIZABETH CIMENTOS** não está situada em área prioritária:

#### 7.3.2. Índices Relacionados à Área do Empreendimento

O Quadro 7.6 contém os índices relacionados a área do empreendimento.

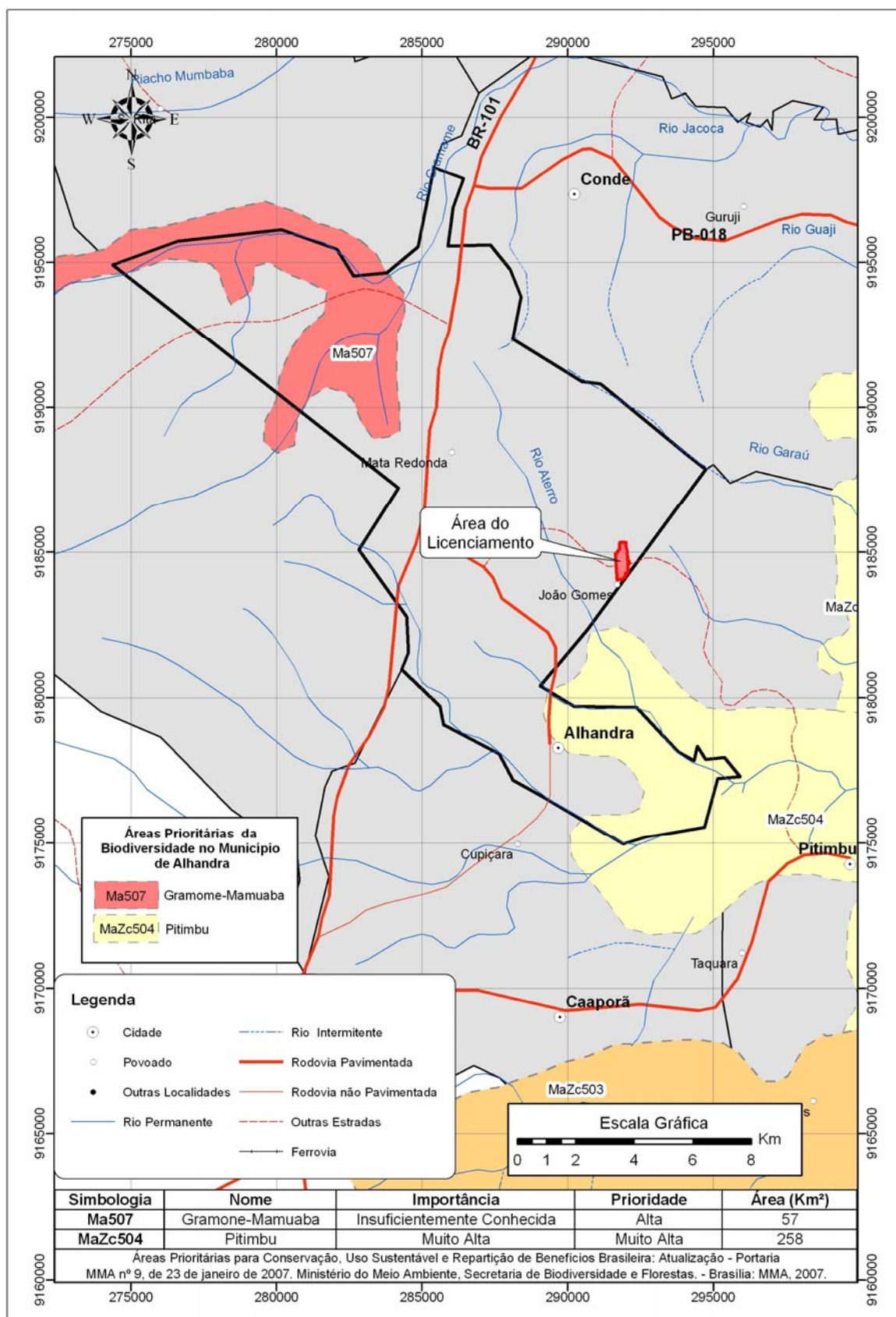
Conforme o Quadro 7.6, em relação ao Índice de Magnitude (IM) os impactos ambientais negativos prognosticados em sua maioria configuram-se com ausência de impacto negativo significativo 12 (35,29%), de média magnitude 11 (ou 32,35%). Tem-se impactos ambientais e pequena magnitude, 7 (ou 20,59%) e a minoria é de impactos de alta magnitude 4 (ou 11,76%).

Já em relação ao estado da Biodiversidade previamente à implantação do empreendimento, considerou-se que os impactos ambientais negativos prognosticados ocorreriam em uma área onde a biodiversidade se encontra muito comprometida, devendo-se considerar que a área objeto do estudo não dispõe de uma biodiversidade tendo em vista que anteriormente foi utilizada como área de plantio e atualmente já se encontra limpa, excetuando-se as áreas marginais ao riacho e as nascente que estão preservadas.

Avaliando a extensão espacial dos impactos ambientais negativos, levando-se em consideração de que a **ELIZABETH CIMENTOS** irá ser instalada em um ambiente terrestre, prognosticou-se que os referidos impactos ocorrerão em sua maioria na micro-bacia do riacho que se encontra no setor leste.

**Figura 7.1 – Delimitação das Áreas Prioritárias na Área de Influência Direta e Indireta**

ELIZABETH CIMENTOS – ALHANDRA / PB



## Quadro 7.6 – Índices do Grau de Impacto do Empreendimento

ELIZABETH CIMENTOS – ALHANDRA / PB

Impactos de Caráter Negativos	IM	IB	IA	IT	ICAP	IUC
- Afugentamento temporário da fauna	1	2	1	1	1	0
- Apreensão da população	0	2	1	1	1	0
- Mudanças dos valores humanos	0	2	1	1	1	0
- Tensão emocional da população	0	2	1	1	1	0
- Alteração da Paisagem	2	2	1	3	1	0
- Alteração da qualidade do ar	2	2	1	1	1	0
- Instabilidade ambiental	0	2	1	1	1	0
- Risco de contaminação do solo	2	2	1	1	1	0
- Comprometimento da qualidade ambiental	2	2	1	1	3	0
- Alteração dos ecossistemas	1	2	1	3	1	0
- Desconforto ambiental	2	2	1	1	1	0
- Riscos ao patrimônio arqueológico não manifesto	2	2	1	1	1	0
- Alteração do padrão de sonoridade	1	2	1	3	1	0
- Transtornos ao fluxo de veículos	2	2	1	1	1	0
- Riscos de acidentes de percurso	0	2	1	1	1	0
- Prejuízo à cobertura vegetal	0	0	0	0	0	0
- Eliminação da microfauna	0	2	1	1	1	0
- Acidentes com a fauna	2	2	1	3	1	0
- Desequilíbrio trófico	0	2	1	1	1	0
- Alterações morfológicas	3	2	1	3	1	0
- Alterações geotécnicas	3	2	1	3	1	0
- Diminuição da superfície de infiltração	0	2	1	3	1	0
- Alteração dos parâmetros geodinâmicos	2	2	1	3	1	0
- Alteração das características da cobertura sedimentar	1	2	1	3	1	0
- Emissão de ruídos	3	2	1	1	1	0
- Esmagamento ou ferimento de animais	0	0	0	0	0	0
- Instabilidade ambiental	1	2	1	1	1	0
- Derrames eventuais de óleos, combustíveis e produtos afins	0	2	1	1	1	0
- Riscos de acidentes	3	2	1	1	1	0
- Riscos de acidentes ambientais	2	2	1	1	1	0
- Alteração da circulação do ar	2	2	1	3	1	0
- Vibrações no terreno	0	2	1	1	1	0
- Decréscimo da oferta de emprego/renda	1	2	1	1	1	0
- Diminuição na circulação de moeda	1	2	1	1	1	0

Legenda: IM – Índice de Magnitude; IB – Índice de Biodiversidade; IA – Índice de Abrangência;  
 IT – Índice de Temporalidade; ICAP - Índice de Comprometimento de Áreas Prioritárias;  
 IUC - Influência em Unidades de Conservação.

Já na temporalidade dos impactos verificou-se que a maioria dos impactos serão imediatos (22 ou 64,70%), ou seja, cessarão em menos de 5 anos.

Quanto a Influência em Unidade de Conservação (IUC), avaliando a influência do empreendimento sobre as unidades de conservação ou suas zonas



de amortecimento, conforme foi dito anteriormente, se tem que as ações do empreendimento não afetarão as unidades de conservação.

#### **7.4. CUSTOS DO EMPREENDIMENTO**

O valor total do investimento da empresa **ELIZABETH CIMENTOS LTDA.** está estimado em R\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais) custeados por capital próprio.

#### **7.5. SUGESTÃO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

De acordo com o art. 10, da Resolução CONAMA N°. 371, de 05 de abril de 2006, a qual estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, o empreendedor:

“observados os critérios estabelecidos no art. 9º desta Resolução, deverá apresentar no EIA/RIMA sugestões de unidades de conservação a serem beneficiadas ou criadas”.

Desta forma, seguindo os critérios estabelecidos na referida Resolução, bem como no Decreto N°. 6.848/2009, tendo em vista a existência da unidade de conservação Área de Proteção Ambiental Estadual de Tambaba, criada pelo Decreto Estadual N°. 22.882, de 26 de março de 2002, recomenda-se a destinação dos recursos para a manutenção e o melhoramento da referida unidade de conservação.

Vale ressaltar que os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação devem seguir a Lei N°. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.